

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.863 - SP (2019/0285652-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : JOKASTA AMANDA ZEMINIAN NOVICKIS
ADVOGADOS : MARCELO GAIDO FERREIRA - SP208418
SAMIR CAPELLI NAMMUR - SP194771
ANDRÉ MASSIORETO DUARTE E OUTRO(S) - SP368456
RODRIGO NEVES RODRIGUES FERNANDES - SP384638
RECORRIDO : ABCD DIACAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
RECORRIDO : TIBERIO CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADOS : ADRIANA PATAH - SP090796
JAQUELINE DA COSTA PEREIRA GARCIA E OUTRO(S) - SP269690
RECORRIDO : CONDOMINIO PORTAL DO PACO
ADVOGADO : RONALDO JOSE DA COSTA - SP107051

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO.

1. É intempestivo o recurso especial que é interposto fora do prazo recursal de quinze dias úteis (recurso interposto sob a égide do CPC/15).
2. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por JOKASTA AMANDA ZEMINIAN NOVICKIS, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

O recurso especial interposto é inadmissível por ser intempestivo. A decisão recorrida foi disponibilizada em 18/06/2019 (e-STJ, fls. 437), considerando publicada no dia 19/06/2019, quarta-feira. Exauriu-se, pois, o prazo legal para a interposição do recurso especial em 10/07/2019, quarta-feira.

No entanto, a petição do recuso foi protocolizada em 11/07/2019, quinta-feira (e-STJ, fls. 388), ou seja, após o prazo legal de 15 dias úteis.

Com efeito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do CPC/15, "*o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso*", o que impossibilita a regularização posterior.

Veja-se que a segunda-feira de carnaval, a quarta-feira de cinzas, os dias que precedem a sexta-feira da paixão e, também, o dia de *Corpus Christi*, não são feriados forenses, previstos em lei federal, para os tribunais de justiça estaduais. Caso essas datas sejam feriados locais deve ser colacionado o ato

Superior Tribunal de Justiça

normativo local com essa previsão, por meio de documento idôneo, no momento de interposição do recurso.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 11% sobre o valor da condenação (e-STJ fls. 379) para 12% (doze por cento).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora